

Inocência Mata (Coordenação)

**DISCURSOS MEMORIALISTAS
AFRICANOS E A CONSTRUÇÃO
DA HISTÓRIA**


Edições Colibri



澳門大學
UNIVERSIDADE DE MACAU
UNIVERSITY OF MACAU

Biblioteca Nacional de Portugal
- Catalogação na Publicação

DISCURSOS MEMORIALISTAS AFRICANOS
E A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA

Discursos memorialistas africanos e a construção da
história / coord. Inocência Mata. - 1ª ed. - (Extra-colecção)
ISBN 978-989-689-733-8

I - MATA, Inocência, 1957-

CDU 821.134.3(6)-94A/Z"19/20".09(042)

*Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação
para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UID/ELT/0509/2013.*

Título: Discursos Memorialistas Africanos e a Construção da História

Coordenação: Inocência Mata

Edição: Edições Colibri | Universidade de Macau

Capa: Raquel Ferreira

Fotografia da capa: Inocência Mata

Depósito Legal: 435 430/17

Lisboa, Dezembro de 2017

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	7
<i>Inocência Mata</i>	

PARTE I

De Narrativas Memorialistas enquanto Arquivos Historiográficos

História, Biografia e Ficção: o significado das autobiografias	25
<i>Lourenço do Rosário</i>	
Carmen Maria de Araújo Pereira – Combatente da Liberdade da Pátria: – uma mulher de várias frentes de luta.....	35
<i>Maria Odete da Costa Soares Semedo</i>	
Autodeterminação em Moçambique: Joana Semião, entre a história oficial e as memórias de luta	49
<i>Maria Paula Meneses</i>	
Registros de uma guerra muito particular: diário e cartas de Deolinda Rodrigues.....	79
<i>Maria Nazareth Soares Fonseca</i>	
A Construção da memória a partir dos testemunhos de mulheres ex-combatentes em Angola: uma memória de ressentimentos	95
<i>Margarida Paredes</i>	
O “arquivo autobiográfico” almicariano: as cartas de Amílcar Cabral a Maria Helena como testemunho de uma época.....	111
<i>Inocência Mata</i>	

Mozambican writing of the self: a study of political autobiographies
in the masculine 129
Vicky Hartnack

Memória e (re)construção histórica: a escrita do cárcere e os comprometimentos da memória em Luandino Vieira e Uanhenga Xitu..... 165
Márcio Santos Sales

PARTE II

De Legados de Memórias

A escrita na Corte dos Ngola: O legado Missionário
ao tempo de Njinga a Mbande no Século XVII..... 189
Rosa Cruz e Silva

Memória africana e falsificação do passado na literatura
sobre o genocídio do Barué 213
João-Manuel Neves

Estruturas de sentimento e formação da sociedade moçambicana:
Literatura, pensamento social e movimentos de mulheres..... 237
Eliane Veras Soares

Nem sempre o Mar nos separa: Pan-Africanismo e Negritude
de Harlem a Lisboa 259
Deolinda M. Adão

A África e os africanos: os caminhos da identidade brasileira 271
Valdemir D. Zamparoni

AUTODETERMINAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: JOANA SEMIÃO, ENTRE A HISTÓRIA OFICIAL E AS MEMÓRIAS DE LUTA

Maria Paula Meneses*

Abstract

Any history presented as the official narrative of the national project is largely the history of a particular group of human beings and of their political actions and choices; such a narrative entails several episodes of silencing and omissions which remain alive in the memory of those who cannot forget.

This chapter seeks to bring to the debate collective memories that attempt to (re) compose the history of the end of the Portuguese colonial administration in Mozambique. At the center of this analysis is a less remembered political figure involved in the struggle for autonomy and self-determination in the country, Joana Semião. By “opening” history to debate, this chapter, by mapping the organizations and individuals who participated in the political struggle against colonialism, reveals a much wider interconnected web of national and transnational histories and political projects, many of which have been neglected by official history. Thus, the chapter proposes to contribute to the democratization of history, an essential condition to claim cognitive justice.

* Investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE).

*Frágil é o presente sem passado.
Medíocre é o futuro sem presente.
Triste é o Homem sem memória.*
(José Craveirinha, 2009: 9)

Introdução: das experiências da guerra à história nacional oficial

Este capítulo,¹ centrado na análise de uma das figuras de referência de uma das múltiplas organizações políticas envolvidas na luta pela autonomia e autodeterminação em Moçambique, procura trazer ao debate memórias coletivas que permitem (re)compor a história do final da administração colonial portuguesa no país. Em simultâneo, ao ‘abrir’ a história ao debate, este trabalho propõe-se contribuir para a democratização da história, condição essencial para ampliar qualquer reivindicação de justiça cognitiva (Meneses, 2012). O mapear das organizações e sujeitos que participaram na luta política, revela uma teia interconectada, muito mais ampla, de histórias (nacionais e trans-nacionais) até agora negligenciadas.

A narrativa histórica, especialmente sobre o papel da luta armada na libertação de Moçambique do jugo colonial português, tem jogado um papel central nos debates políticos sobre o futuro do país. Para João Paulo Borges Coelho, a ideia de passado construída em torno da luta de libertação liderada pela FRELIMO² tem funcionado como referência sobre o futuro, sobre o projeto nacional, ao construir a narrativa de unidade nacional entre os moçambicanos como sendo fruto da vitória sobre o colonialismo (2015: 155). Mas, como Aquino de Bragança e Jacques Depelchin (1986) identificariam, esta narrativa reflete uma relação ambígua entre a ampla história nacionalista, de libertação, e a história da FRELIMO, onde o projeto nacionalista surge inequivocamente triunfal (Meneses, 2015).

¹ Este capítulo baseia-se em vários projetos de pesquisa. Agradeço especialmente o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT / MEC), com fundos nacionais e cofinanciado pela FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020, através do projeto PTDC / CVI-ANT / 6100 / 2014 - POCI-01-0145-FEDER-016859, que financiou parte importante da pesquisa que está na origem deste capítulo.

² Frente que lutou pela independência de Moçambique, e que em 1977 se transformou em partido político.

Que histórias continuam esquecidas no roteiro narrativo moçambicano? A história, como tenho argumentado, é em grande parte a história dos seres humanos e das suas ações e opções no domínio da política, silenciando e excluindo a presença de mulheres (Meneses, 2017). Há alguns anos, enquanto folheava a coleção do jornal Notícias, no Arquivo Histórico Moçambique, deparei-me com uma série de artigos dedicados a Joana Semião, e ao seu grupo político. A pergunta que me surgiu, e que é partilhada por muitas pessoas foi: qual o projeto político defendido por Joana Semião? Que outras lutas nacionalistas se desenrolaram em Moçambique? Se a história oficial reflete uma opção política tomada por um determinado grupo, as memórias e as histórias subalternizadas refletem uma geração inteira obcecada pelo passado presente, pelas escolhas que ainda afetam o seu quotidiano.

As histórias silenciadas, protegidas por memórias subalternas continuam presentes, lembrando que a narrativa sobre a transição política não foi linear, e não é um património monolítico, erigido por uma só voz. Igualmente, embora a narrativa do nascimento de Moçambique independente seja ainda contada, principalmente, por vozes masculinas (Khosa, 2017: 67), importa problematizar esta versão da história. Restabelecer o papel das mulheres na história recente de Moçambique é um dos grandes desafios que ainda se coloca à libertação da opressão patriarcal, um dos principais objetivos da luta nacionalista. Neste sentido, a análise do percurso político de Joana Semião, uma das líderes do GUMO, Grupo Unido de Moçambique, é fundamental para uma compreensão mais sofisticada dos nacionalismos em presença, assim como das visões sobre o país que estava para vir.

Se em Moçambique a transição para a independência, enquanto transferência de poderes, está inscrita na narrativa histórica oficial, a transição na sua diversidade e complexidade, como memória reivindicada, ainda é um mundo de narrativas orais e de arquivos menos explorados, com muitos silenciamentos que se recusam, todavia, em desaparecer. A história é um terreno de disputas, disputas tanto mais acesas quanto maior o número de episódios de violência que se inscrevem nesse território. No contexto moçambicano, estas disputas começam a ser silenciadas do registo oficial ainda no período de transição, a partir de setembro de 1974, quando a FRELIMO, a principal força política, procurou impor-se como a fonte única de autoridade sobre a história presente do país. Ao promover uma aliança entre política e história, aliança que está na base da produção da narrativa histórica oficial sobre a luta nacionalista anticolonial do país, a FRELIMO produziu uma narrativa histórica ‘oficial’, funda-

mental para legitimar a sua autoridade hegemónica, tornando-a inquestionável (Coelho, 2014: 21). No âmago desta narrativa encontra-se a vitória da FRELIMO sobre o colonialismo português. Esta estratégia, usada para construir o imaginário nacional coletivo, tem omitido de forma consciente a participação de outras organizações e sujeitos da luta pela autodeterminação.

Se a história oficial procura impor uma narrativa única como a verdadeira, as memórias – individuais e coletivas (Halbwachs, 1989) – permitem desafiar mitos e omissões sobre o complexo processo de transição política que Moçambique conheceu. Narrar experiências históricas e comentar episódios de memórias compartilhadas sobre o passado é parte da construção de qualquer comunidade. Para tal, as narrativas sobre a transição para a independência devem ser confrontadas através de uma experiência ética que permita combinar a reconciliação com a narração de histórias dos que participaram dessas histórias e experiências. Estes teatros de narração de histórias e de verdades permitem a Moçambique, no seu conjunto, reencontrar-se com o seu presente, reforçando-o pela escuta profunda de histórias no plural.

1. O deteriorar da situação militar e política: que fazer com a ‘questão colonial’?

O tema da descolonização continua a suscitar grande interesse em Portugal. Uma análise detalhada e situada – neste caso, sobre Moçambique, nos anos que antecedem a independência – revela que existe uma história muito maior deste processo, ainda por estudar. De forma resumida, o contexto vivido em Moçambique no início da década de 1970 não era favorável ao ‘direito de presença’ reclamado por Portugal.³

Numa das ‘conversas em família’, transmitidas pela televisão em janeiro de 1973, o chefe de Governo de Portugal, Marcello Caetano declarou: “*só temos um caminho [a seguir]: defender o Ultramar*”. Mas esta afirmação não encontrava suporte no contexto moçambicano. Pelo contrário, a administração colonial confrontava-se com uma ampla frente de protestos, reflexo de um descontentamento crescente à sua

³ “Estamos preparados para tornar o Ultramar ainda mais Português. Palavras do Ministro do Ultramar, Rebello de Sousa”, *Diário de Moçambique*, edição de 12 de janeiro de 1974.

atuação, nas frentes política e militar. Como Costa Gomes⁴ admitirá mais tarde, a situação em Moçambique “*estava muito mal, muito mal mesmo*” (Cruzeiro, 1998: 165).

A guerra nacionalista, onde a FRELIMO representava a principal força militar (Coelho, 1993; Dhada, 2016), contava com uma frente ampla de apoios, a nível interno e internacional (Meneses, 2017). O avanço da luta desafiava abertamente a insistência portuguesa de não reconhecer o direito à autodeterminação aos moçambicanos e moçambicanas. Em 1972 a cidade da Beira foi palco de confrontos nos bairros da periferia, envolvendo vários grupos étnicos. Este episódio de violência refletia os conflitos económicos e sociais que marcavam a sociedade colonial (Couto, 2011: 93-95). Para deter esta onda de violência, que causou inúmeros mortos e feridos, foi necessária a ação da polícia militar. O protesto dos estudantes da Universidade de Lourenço Marques,⁵ denunciando a repressão e exigindo maior autonomia universitária, justiça social e liberdade de expressão também ia subindo de tom (Pereira e Gonzalez, 2016: 173-181). A denúncia da repressão e do colonialismo acontecia igualmente em vários círculos religiosos (Santos et al., 1973; Silva, 2014). E a este coro de denúncias juntavam-se vozes críticas de dentro da Igreja Católica, que discordavam do alinhamento desta com o regime português. A crescente onda de solidariedade cristã para com a luta nacionalista significou o estender da repressão política, por parte da polícia política portuguesa, sobre membros das igrejas. Este período vai conhecer a sujeição de muitos religiosos a interrogatórios por parte da PIDE-DGS, à detenção e julgamentos políticos, expulsão e mesmo morte inexplicável de muitos religiosos (Couto, 2011; Silva, 2014; Dhada, 2016).

Parte significativa da população branca de Moçambique questionava crescentemente a ação do governo metropolitano, quer pela dependência económica face à metrópole, quer pela incapacidade dos militares portugueses em garantir a segurança dos colonos. Com a luta armada a aproximar-se dos centros urbanos da região centro de Moçambique, os receios entre a população branca vão aumentando, levando a confrontos com o exército, na Beira, em janeiro de 1974 (Couto, 2011).

Internacionalmente o contexto também não era favorável a Portugal. A Resolução 322 do Conselho de Segurança das Nações Unidas,

⁴ Seria até março de 1974 Chefe de Estado Maior das forças Armadas de Portugal. Posteriormente, após o golpe, integra a Junta de Salvação Nacional.

⁵ Atual Universidade Eduardo Mondlane.

aprovada por unanimidade a 22 de novembro de 1972, reafirmava o direito inalienável dos povos de Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique à autodeterminação e à independência. Para se alcançar este objetivo o Conselho de Segurança convida o governo português a cessar as operações militares e a entrar em negociações com os interlocutores válidos – reconhecidos pela Organização da Unidade Africana – na procura de uma solução para os conflitos armados.⁶

Em Lisboa o ambiente político era igualmente tenso. Em finais de fevereiro de 1974, pouco mais de um mês depois ter sido empossado como vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, o General Spínola lançou o livro *Portugal e o futuro*. Marcello Caetano, chefe do governo, descreveu o livro como um verdadeiro “*manifesto de oposição*” ao regime, prenúncio de um golpe militar.⁷ O argumento principal desta obra, que vai estar na origem da demissão quase imediata de Spínola, defendia que as guerras coloniais não tinham solução militar e convidava Portugal a debater o futuro da questão colonial. Em resposta, Marcelo Caetano, no debate que manteve na Assembleia Nacional, a 5 de março de 1974, apresenta a questão do Ultramar, como “*o mais grave problema que presentemente se põe à Nação Portuguesa*”. Apesar de legitimar a continuidade de ações militares, considerando-as missão de “*assegurar a paz*” e não de “*fazer a guerra*”, Caetano defendeu os pontos fundamentais do que tinha sido a sua proposta de política ultramarina:

a autonomia progressiva do governo das províncias de acordo, segundo a Constituição, com o respetivo estado de desenvolvimento e os seus recursos próprios, [a] participação crescente das populações nas estruturas políticas e administrativas; [o] fomento dos territórios com ampla abertura à iniciativa, à técnica, ao capital de todos os países sob a única condição de se proporem valorizar a terra e a gente, e não explorá-las.⁸

⁶ O texto da resolução pode ser consultado em [https://undocs.org/S/RES/322\(1972\)](https://undocs.org/S/RES/322(1972)), acedido a 4 de Janeiro de 2017.

⁷ “O livro ‘Portugal e o Futuro’ e o 25 de Abril”, em *Diário de Notícias*, edição de 9 de abril de 2010.

⁸ Os Últimos Meses da Assembleia Nacional (1974), disponível em <http://app.parlamento.pt/upload/Comunicar/Anexos/2017/N4/ultimosmeses.pdf>, acedido a 12 de março de 2017.

No âmbito da proposta de autonomia progressiva, Marcelo Caetano permite que vários africanos se organizem em movimentos moderados, de perfil autonomista. O GUMO – grupo Unido de Moçambique, em que milita ativamente Joana Semião é disso exemplo.

O GUMO, que só viria a ser legalizado em 1974, expunha, de entre os seus objetivos, a defesa de uma maior autonomia para Moçambique, no quadro das instituições políticas portuguesas, assim como melhores oportunidades económicas para os moçambicanos negros e mestiços.⁹

No seu conjunto, estes e vários outros acontecimentos que marcaram 1973-1974, anunciavam no contexto de Moçambique, o fim de um ciclo histórico – a presença colonial direta de Portugal – e o fortalecer de um outro ciclo nascido da luta nacionalista, em prol da autodeterminação.

2. No centro do furacão – a ebulição política em Moçambique, 1973-1974

A pressão nacionalista, emancipadora, vai fazer sentir a sua ação sobre a administração colonial por várias vias. De um lado, dois movimentos – a FRELIMO e, em menor escala, o COREMO¹⁰ – procuravam, pela força das armas, alcançar o direito à autodeterminação, face à recusa de Portugal em outorgar a independência aos territórios africanos (Meneses e Martins, 2013). Por outro lado, vários grupos de militares e colonos, procuravam as condições para uma independência controlada de Moçambique, dando eco à proposta de autonomia progressiva e participada. Jorge Jardim (1976), um astuto político e empresário português, tinha dado o pontapé de saída negocial, encetando contactos com o governo zambiano, na busca de uma solução que pusesse fim à guerra e permitisse o reforço da autonomia política e financeira de Moçambique; já a ala mais conservadora do regime

⁹ “Estatutos do GUMO”, pasta “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 2, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-2, Arquivo Nacional – Torre do Tombo (doravante ANTT).

¹⁰ Comité Revolucionário Moçambicano. Formado em 1965, o COREMO, tal como a FRELIMO, foi reconhecido como uma força legítima pela Organização da Unidade Africana (Cabrita, 2000: 38-39). O COREMO, com sede em Lusaka, na Zâmbia, alinhou ideologicamente com a UNITA de Angola e com o PAC da África do Sul. Este movimento não teve muito sucesso na frente de luta armada e, em 1973 já largamente inativo na frente armada (ANTT, AOS/CO/UL – 46, pasta 12).

procurava consolidar a sua posição em Moçambique. Finalmente, no exterior e em Moçambique vão surgir vários grupos organizados, que procuravam cedências de Portugal pela via negocial, combinando a luta oficial com apoio a presos políticos, denúncias de violação de direitos, etc. Os Democratas de Moçambique (DM)¹¹ ou o GUMO, são fruto destas lutas vividas em Moçambique.

Numa entrevista a Máximo Dias,¹² antigo aluno de Marcello Caetano, este descreve a criação do GUMO:

eu fiz o GUMO. [...] Em setembro de 1973 estive em Lisboa para conversar com Marcelo Caetano, que era Presidente do Conselho de Ministros. Eu disse que era importante Portugal negociar com os nacionalistas. [...] Mas única coisa que ele [Caetano] permitiu foi formar uma associação que falasse dos problemas que eu sentia que não estavam a correr bem em Moçambique, em termos de defesa dos chamados cidadãos portugueses, mas de origem negra. A resposta dele [Caetano] foi 'Não, você forma uma coisa parecida com a SEDES [...] e debata as questões e problemas que você tem em Moçambique e manda pra mim esse relatório'.¹³ Foi assim que eu fiz. Quando chego aqui, em Lourenço Marques,¹⁴ fui surpreendido pela Joana Semião, que tinha conhecimento de tudo quanto eu fiz em Lisboa. [...] e queria fazer parte desse grupo, grupo que eu chamei Grupo Unido de Moçambique-GUMO. [...] A Joana é que ficou vice-presidente do GUMO, antes do 25 de abril! A Joana era anti-Frelimista; vinha do COREMO, mas não me disse essa história! Na minha ingenuidade aceitei logo uma mulher daquelas, argumentava muito bem, fazia bons discursos. 'Tenho aqui um braço direito' pensei eu. Só não pus ela a presidente porque um homem tinha que ser presidente. E formámos o GUMO, [...] que contava com muitos apoiantes, da Beira, Inhambane... Nós tínhamos con-

¹¹ Um grupo heterogêneo de oposição à presença colonial-fascista de Portugal. Presentes nas principais cidades de Moçambique, em finais de maio de 1974 apresentaram-se como os "Democratas de Moçambique" e passaram a apoiar abertamente as posições da FRELIMO. Este grupo integrava não só profissionais liberais como também jovens universitários, antigos presos políticos, etc. Conhecem-se várias tendências dentro deste grupo: convergiam no mesmo objetivo, mas apelavam a abordagens e metodologias distintas (Couto, 2011: 304).

¹² Advogado moçambicano, com ascendência goesa, um dos fundadores do GUMO.

¹³ Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, fundada em Portugal em 1970, com o objetivo de promover um ativismo social diversificado, assim como de organizar a oposição política ao regime do Estado Novo.

¹⁴ Atual Maputo.

tacto com muitos negros, defensores do nacionalismo. Mas o GUMO nunca foi para ser partido político.¹⁵

O GUMO propunha-se a constituir-se como frente oposicionista interna, como uma alternativa legal à FRELIMO. Nesse sentido, vai procurar ganhar legitimidade política através de apoios de antigos presos políticos, como Domingos Arouca, o pintor Malangatana Valente, entre outros. Para surpresa das autoridades políticas coloniais, “*Malangatana vem sendo referenciado como hostil à presença portuguesa em África, apesar das benesses com que tem sido agraciado e lhe facilitaram o acesso a um certo prestígio de que goza nos meios artísticos*”.¹⁶ A documentação consultada, assim como as entrevistas feitas, revelam os contactos nacionais e internacionais encetados por membros do GUMO, procurando ampliar a base de apoio do grupo. Por exemplo, uma informação da PIDE-DGS, de janeiro de 1974, reporta uma série de convites dirigidos aos “*africanos Drs Eneias Comiche, Mário Machungo, Salomão Munguambe e Bonifácio*” para se juntarem ao movimento em embrião. A referida nota sublinha ainda o facto de “*o ‘movimento’ continuar a recrutar exclusivamente negros e mistos*”.¹⁷ Outra informação, de fevereiro, afirmava que Joana Semião tinha tido contactos de “*natureza política com vários jornalistas da praça, como João Reis, Rui Cartaxana, Areosa Pena*”.¹⁸ Os contactos do GUMO incidiam igualmente sobre o meio religioso, entre a comunidade muçulmana, igreja metodista e outras, que a PIDE-DGS vai caracterizar como “*ações de oportunismo político*”.¹⁹

Joana Semião e outros membros do grupo mantêm uma relação ambígua com o empresariado português; apesar de críticos do capitalismo ‘branco’, que não dava oportunidades à maioria negra, contam com os apoios financeiros de alguns homens de negócio portugueses, como António Champalimaud, Manuel Bullosa, etc.²⁰ Jorge Jardim reclama igualmente ter estado envolvido na criação do GUMO (Jardim, 1976: 288). Jardim, que inicialmente foi um dos ‘protetores’ polí-

¹⁵ Entrevista realizada a 22 e 28 de maio de 2012 em Maputo.

¹⁶ ANTT, “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 1, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-1.

¹⁷ Arquivo Histórico-Diplomático (doravante AHD), pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102.

¹⁸ ANTT “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 2, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-2.

¹⁹ Relatórios da PIDE-DGS, de janeiro a março de 1974. ANTT “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 2, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-2

²⁰ *Ibidem*.

ticos de Joana Semião, procurava assim controlar a nova força política que emergia em Moçambique.²¹ Joana Semião mais tarde distanciar-se-ia de Jardim, alegadamente por este apoiar Miguel Murupa,²² um político moçambicano que havia desertado da FRELIMO, e que Joana Semião considerava incompetente e pouco fiável:

Miguel Murupa é um fantoche. É um indivíduo intelectualmente medíocre e não tem a importância que lhe atribuem. De contrário, nunca se prestava àquela palhaçada das conferências de imprensa. Ele veio para cá [Moçambique] porque não teve coragem para ficar lá, com a FRELIMO. [...] Eu podia fazer um ato de contrição como os murupas, os kavandames, etc. mas não devo, porque isso seria forçar-me.²³

Múltiplos foram também os contactos na frente diplomática, especialmente junto de embaixadas e consulados de países ocidentais, visando obter apoios e reconhecimento.²⁴

Em suma, uma oposição negra despontava na cena política, onde uma mulher vai conhecer, num curto espaço de tempo, um forte protagonismo. Esta mulher, Joana Semião, ao contrário de outros elementos nacionalistas que haviam virado as costas à luta e regressado a Moçambique, e se vergavam à política fortemente discriminatória da administração portuguesa, mostrava garra. Num informe do Governo, refere-se que “*a Joana Fonseca Simão não está recuperada, politicamente, nem há esperanças de a recuperar*” Este documento espelha alguma

²¹ ANTT ou “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 1, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-1; National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano em Lourenço Marques, de 26 de outubro de 1973, “Dr. Joana Simiao talks with Jorge Jardim and other developments”.

²² Murupa era formado em sociologia nos Estados Unidos. Membro do Comité Central, até à altura em que se demite, em maio de 1970, exercia funções de adjunto do Departamento de Relações Exteriores da Frente. Contando com a proteção de Jardim em Moçambique, vai trabalhar como jornalista no matutino *Voz de Moçambique* a partir de 1972. Veja-se a conferência de imprensa de Miguel Murupa no *Notícias* e no *Diário* (de Moçambique), nas edições de 10 de dezembro de 1970.

²³ “Entrevista de Joana Semião”, 1972, ANTT, “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 1, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-1.

²⁴ Entrevista com Máximo Dias realizada a 22 e 28 de maio de 2012 em Maputo, assim como material do National Archives (EUA), e ANTT, “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225, vol. 1 e 2.

preocupação quanto ao impacto do novo projeto político a fermentar em Moçambique, de que Joana Semião é uma das referências:

[Ela encontra] um ambiente propício à manifestação das suas ideias que consiste, segundo afirma, em lutar pela sua terra e em retomar, na legalidade, a luta pela promoção social e política das populações de Moçambique, pretendendo agir através das brechas que o governo for abrindo.

Sabe-se como são permeáveis os cérebros jovens a uma mentalização de matiz revolucionário, com a força que lhe pode imprimir alguém com experiência [...] como é o caso desta 'passionária' irreverente.²⁵

A mensagem política que vai transmitir, ao ocupar a vice-presidência do GUMO, por um lado reproduz um discurso e uma prática de dominação masculina, patriarcal, que se difundia também entre os súbditos colonizados. Esta posição espelhava o discurso dominante que circulava nos canais do poder, reforçando o epistema de dominação colonial. Por outro lado, a vice-presidência simbolizava já o ocupar de um espaço de poder público, um desafio ao patriarcado.

O que vai surpreender a administração colonial é a força da denúncia da opressão racial e patriarcal que Joana Semião vai afirmar repetidamente nos seus discursos. Desafiando a dominação sexista, ao reclamar um estatuto igualitário nos debates públicos sobre o futuro político de Moçambique, Joana Semião expunha a brutalidade da desigualdade racial de que era vítima a maioria da população moçambicana, incompreensível à razão colonial, e que vai estar no centro da luta política do GUMO.

3. Joana Semião - mulher, negra, moçambicana, política

Um dos rostos de referência no panorama político de Moçambique, nos turbulentos anos da transição para a independência (1973-1974) é o de Joana Francisca Fonseca Semião. Num telegrama enviado em finais de Outubro pelo consulado norte-americano em Lourenço Marques, e que contextualizava a aparecimento do GUMO, esta é apresentada:²⁶

²⁵ Documento de junho de 1973, disponível em ANTT, "Grupo Unido de Moçambique", vol. 1, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-1.

²⁶ National Archives (EUA), telegrama de 25 de outubro de 1973, "Further News about Group for Peaceful Solution of Mozambique Problem".

como a única mulher moçambicana nacionalista, educada e politicamente consciente, em cena [...] a Dra. Semião é obviamente alguém que importa ter em atenção. Ela é agressiva e dinâmica, mas talvez esteja demasiado apressada para poder trabalhar dentro de uma gama de atividades aceitáveis para as autoridades portuguesas [...porque] o tempo ainda não está maduro para a administração portuguesa admitir uma organização como o GUMO [...]. Caetano pode muito bem perceber que a cooperação com algum desses movimentos possibilita a Portugal manter a influência a longo prazo em lugar da repressão total.

O racismo, a conceção ontológica do outro, negro, como não-ser, desprovido de humanidade (Fanon, 1967: 7) é talvez a face mais visível da realidade vivida do colonialismo em Moçambique. Joana Semião, que se afirma macua, nasceu em Nampula em novembro de 1937. Como figura dirigente do GUMO, defende querer “*trabalhar pacificamente e ‘dentro do sistema’, para a independência de Moçambique, pressionando para a participação acelerada e pela a atividade africana em todos os níveis de governação*”.²⁷ Joana Semião, nomeada representante para os contactos com o corpo consular, e, posteriormente, porta-voz do grupo, declara repetidamente que a ‘linha política’ da organização se apoia na busca da manutenção de relações amistosas com todos os países; no liberalismo económico (assegurando todavia o controle do estado sobre a educação, saúde e direitos dos trabalhadores); e na busca de apoio dos governos ocidentais amigos, desejosos em ajudar Moçambique.

Em Lourenço Marques, em 1973 é professora de francês no Liceu António Enes²⁸ (a ‘única professora negra’, sublinhará várias vezes). Nessa altura, com 36 anos, participa pela primeira vez no congresso de mulheres da África Austral. O enfoque da sua exposição, distribuída aos participantes, é a denúncia da violência da guerra; Joana Semião insiste que o GUMO rejeita a guerra de moçambicanos contra moçambicanos.²⁹ Invocando a necessidade de uma luta legal apela ao apoio das medidas do governo português, necessárias “ao êxito de reformas político-sociais e económicas que se encontram programadas

²⁷ National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano em Lourenço Marques, de 19 de setembro de 1973, “African Group for Peaceful Independence Summary”.

²⁸ Atual Escola Secundária Francisco Manianga.

²⁹ ANTT, “Grupo Unido de Moçambique”, vol. 2, ANTT/PIDE-D-C-001-1225-2.

e em execução”.³⁰ Em paralelo, de entre as várias reformas que defende serem urgentes sublinha a urgência de uma “*significativa presença de elementos negro-mestiços em domínios até há pouco reservados ao branco: exército, marinha, aviação, polícia.*” E acrescenta: “*a mulher moçambicana entende a necessidade de dialogar com elementos da comunidade branca, estabelecer com ela o ‘modus’ de participação do poder político e económico*” no país.³¹ Joana Semião mobiliza-se para a luta como partir da sua experiência como mulher em Moçambique e no mundo. E é fruto desta prática que termina a sua apresentação com um veemente apelo à paz e ao diálogo, posição que afirma ser a marca “*inequívoca das mulheres de Moçambique*” em relação ao futuro, reflexo da aposta política do GUMO.³²

Como noutros contextos, a libertação da mulher em Moçambique acontece na luta, combatendo pelos ‘seus’ direitos humanos. E esta mensagem não era única ao GUMO. Em dezembro de 1972 é fundada na Tanzânia a Organização da Mulher Moçambicana (OMM), impulsionada pela FRELIMO. Como então sublinhado,

uma das tarefas prioritárias da nossa luta deve ser o combate pela emancipação da mulher, combate que deve constituir uma preocupação essencial de todos os revolucionários moçambicanos, tanto dos homens como das mulheres. Isso permitirá não só mobilizar de maneira efetiva as potencialidades da mulher moçambicana ao serviço da luta contra o colonialismo português, mas também pôr um termo às práticas discriminatórias e exploradoras da sociedade tradicional e colonial em relação à mulher, permitindo-lhe assumir integralmente o seu papel de cidadã.³³

³⁰ *Ibidem.*

³¹ Conforme vários documentos referem, Joana Semião terá causado sensação neste congresso, ao indagar publica e insistentemente porque as delegações participantes não integravam mais mulheres africanas [negras]. Veja-se National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano em Lourenço Marques, de 19 de setembro de 1973, “African Group for Peaceful Independence Summary”.

³² Este texto termina com uma referência à sua pessoa, indicando ser diplomada pelo Instituto Grandjean de Paris, França e membro da Liga Internacional das Mulheres para a Paz e Liberdade, com sede em Genebra, na Suíça. Entretanto, na entrevista à *Seara Nova* (n.º 1541, de Março de 1974) afirma ter feito “*filologia românica na Sorbonne*”, em França, tendo também aí frequentado Ciências Políticas.

³³ *Voz da Revolução*, n.º 14, edição de dezembro de 1972

Uma distinção é detetável: para FRELIMO, a luta pela emancipação feminina foi considerada secundária, pois o principal objetivo era a luta contra a opressão e a exploração colonial e imperialista (Meneses, 2015). Já Joana Semião vai assumir-se representante da ‘mulher negro-mestiça’ de Moçambique; e a sua luta centrar-se-á na denúncia das desigualdades flagrantes – raciais e sexistas – que marcavam a maioria da população de Moçambique, insistindo na necessidade de a educar e promover socialmente. Uma das ações em que se envolveu, como parte do projeto político do GUMO, foi na organização de uma equipa de ‘animação comunitária’, que integrava várias senhoras (incluindo a esposa do cônsul norte-americano em Lourenço Marques). Esta equipa procurava promover a Mulher Negra Moçambicana e, através desta, no ambiente familiar, “*procurar que o Homem Negro deixe de ser atraído pelos movimentos ‘terroristas’ e assegure a paz.*”³⁴

Dois pontos importantes caracterizam a posição política de Joana Semião. A partir de uma análise diferenciada das hierarquias de opressão presentes em Moçambique, a sua mensagem política denuncia a desigualdade racial e a subalternização da mulher, peças fundamentais da estrutura colonial. Sem nunca criticar o mecanismo de exploração capitalista, Joana Semião vai gradualmente expondo a necessidade de partilha do poder e da riqueza com a maioria da população, negra e mestiça, a partir da proposta de autonomia progressiva e participada – administrativa e política, proposta por Portugal. Em paralelo, Joana Semião apela a uma resolução pacífica do problema da guerra, em sintonia com outras vozes, oriundas de vários quadrantes políticos em Moçambique, como Jorge Jardim /1976) ou o próprio governador de Moçambique (Santos, 1973), da ala mais à direita do regime.³⁵

Em dezembro de 1973, com apoio do governo de Moçambique, Joana Semião desloca-se, por razões familiares à Europa. Aproveita a viagem para ampliar os apoios ao GUMO, para com o projeto político do grupo. Na informação confidencial elaborada pela PIDE-DGS sobre o impacto desta visita (e das afirmações de Joana Semião em várias conferências de imprensa), refere-se que circulava em Moçambique que “*o GUMO e o próprio Governo central*” já haviam entabulado conversações com representantes da Tanzânia e da Zâmbia com vista à

³⁴ Informes da PIDE-DGS de dezembro de 1973 e de março de 1974; ANTT, “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225.1, vol. 1.

³⁵ Sobre este tema, veja-se Meneses e Martins (2013) e Peixoto e Meneses (2014).

independência de Moçambique. E que estas afirmações eram consideradas por muitos brancos como ‘subversivas’, geradoras de perplexidade e receio quanto ao seu futuro em Moçambique.³⁶ O jornalista Augusto de Carvalho, que entrevista Joana Semião, comentará, a propósito dos seus pronunciamentos públicos sobre o futuro de Moçambique: “*ou é uma agente do governo ou uma revolucionária preparada para provocar discórdia, propícias a um movimento subversivo*”.³⁷

O feito combativo de Joana Semião reflete os problemas com que se debateu desde cedo. Com efeito, o ambiente colonial em que cresceu marca-a profundamente:

A minha infância [em Nampula] foi banal, embora começasse a sentir desde muito nova que alguma coisa estava mal na sociedade em que vivia. Pelas experiências que tive, pela discriminação que sentia. Papá pôs-me a estudar numa escola particular para me subtrair a um certo número de medidas discriminatórias que existiam, na época, no ensino oficial. Havia também um conjunto de regras sociais a que nos tínhamos que submeter. As raparigas não podiam brincar com rapazes, por exemplo e isso confundia-me. Frequentemente, Papá, que era um simples chofer, apanhava-me no meio dos criados e ralhava.

Chegou a altura de ir para o liceu, e aí uma vez mais o Papá preferiu mandar-me para um colégio. Mas a irmã recusou a minha entrada. Pela primeira vez na história do lugar aparecia uma negra a querer fazer o liceu. E o Papá, que, entretanto, se tornou chofer do Bispo, falou com este e acabou por ser por sua influência que fui admitida. Fiz assim o primeiro e o segundo anos, mas em condições psicológicas péssimas: o dia a dia, a recusa na matrícula, tal e tal. A certa altura o Papá disse: ‘bem, isto está mesmo tão difícil que o melhor é ires para a metrópole, mais a tua irmã’. E escreveu para o Colégio de Santa Cruz, em Coimbra, para onde acabei por entrar, graças a umas facilidades que obtivemos através do Ministério do Ultramar, e onde fizemos o sétimo ano, eu e a Nina.³⁸

³⁶ Relatório de janeiro de 1974, em AHD, pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102. Entrevistas várias realizadas em Moçambique e Portugal com pessoas que conheceram e/ou lidaram Joana Semião (entrevistas realizadas entre 2012 e 2014).

³⁷ *Jornal Expresso*, edição de 22 de dezembro de 1973.

³⁸ “Joana Semião”, entrevista publicada na *Seara Nova*, n.º 1541, edição de Março de 1974, p. 26-28.

Posteriormente frequenta o curso de direito em Coimbra, mas transfere-se para Lisboa. Desde então a polícia política portuguesa não deixará de acompanhar a sua trajetória, que analisa com atenção.³⁹ Em 1961, durante as fugas dos estudantes africanos, é apanhada pela PIDE-DGS, presa e sujeita a maus tratos. O relatório do seu interrogatório deixou claro que, apesar das intimidações, Joana Semião continuou a defender o seu ideal dizendo que havia uma injustiça social baseada na raça e que

[tem] uma orientação e uma tendência democrata-liberal. Condenou a inflexibilidade do regime em não permitir as liberdades cívicas, sobretudo aos homens de raça negra, sem necessidade. Ela diz que luta por um regime onde cada um pudesse expor as suas ideias sem ter que pagar por aquilo que diz.⁴⁰

Já em liberdade, empregou-se numa empresa, como secretária de direção. Nessa altura, solicita um pedido de passaporte, para ir a Espanha, porque o desejo de fuga para se juntar à luta nacionalista continuava. E este sonho assentava num interesse contínuo em conhecer melhor o conturbado mundo africano; estando igualmente ciente dos problemas internacionais, como revelou na entrevista à *Seara Nova*, em 1974. Esta entrevista, como várias outras que dará, espelham um percurso de vida tortuoso, onde a atenção familiar, a sua responsabilidade como mulher e negra num mundo colonial, e a urgência da ação política estão intimamente ligados.

Nas suas deambulações pelo mundo encontrar-se-á com vários dirigentes da FRELIMO.⁴¹ No COREMO, movimento a que adere no início da década de 1970 (chega a ser membro do Comité Central), Joana apoia a frente de informação e propaganda. Os materiais em arquivo revelam o seu percurso político. Em 1971, e de acordo com um telegrama da Embaixada de Portugal em Paris,

Veio a esta embaixada uma senhora, de cor, que diz chamar-se Francisca Semião. [...] O único documento que apresentou é a tradução francesa de nascimento. A mesma teria saído de Moçambique anos an-

³⁹ Veja-se a pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102 do AHD.

⁴⁰ Pasta referente ao “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225.1, vol. 1, no Arquivo Nacional – Torre do Tombo.

⁴¹ Arquivo Histórico de Moçambique (doravante AHM), “Niassa, entrevista com Joana Semião”, Fundo JS001, s/d.

tes e desde 1968 trabalharia nos serviços de informação do COREMO, tendo-lhe sido obtido para o efeito passaporte congolês sob o nome Ivette Tshilange. Depois de uma recente visita a Lusaka teria entrado em desacordo com aquele Comité [...].⁴² Deseja ser repatriada urgentemente estando disposta a fazer declaração pública de renúncia às suas anteriores atividades.⁴³

Todavia, como vários relatórios da PIDE-DGS dão conta, Joana Semião é “*um osso duro de roer*”, pois recusa-se, uma vez em Moçambique a ser um fantoche político de Portugal, sinal claro de “*que a sua recuperação política está longe de ser alcançada*”. Afirma publicamente: “*Só porque vim para cá, não vou agora dizer ámen a tudo o que o governo [português] quiser*”.⁴⁴

Em 1972 está de regresso a Moçambique, à Beira, com os filhos, onde estará por algum tempo ‘sob orientação’ de Jorge Jardim, conforme acordo anterior feito pela PIDE-DGS. Em várias ocasiões pronuncia-se publicamente contra a segregação racial que vê em vários contextos, e caracteriza os desafios a enfrentar:

vou continuar a luta, procurando, até onde as autoridades me deixarem ir, ajudar os negros na sua promoção social e política. A luta pelas armas é difícil, mas a luta no interior, na legalidade, procurando agir através das brechas que o governo for abrindo e no terreno que nos for cedendo, é muito fácil. Este trabalho, o trabalho dos elementos do interior na legalidade dá maior brilho e prestígio aos movimentos de libertação periféricos.⁴⁵

Posteriormente, como já referido, rompe com Jardim e transfere-se para Lourenço Marques, onde atua com mais autonomia. E é aqui que afirma plenamente o seu projeto político: lutar pelos direitos dos moçambicanos, do ‘seu povo’, enquanto sujeitos politicamente válidos.

⁴² Joana Semião rompeu com o COREMO, como mais tarde explicará, por este movimento ter assassinado vários civis portugueses, reféns do movimento, que trabalhavam na barragem de Cahora Bassa. Veja-se National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano em Lourenço Marques, de 19 de setembro de 1973, “African Group for Peaceful Independence Summary”.

⁴³ Pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102 no AHD.

⁴⁴ Informe da PIDE-DGS, de 21 de dezembro de 1973, pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102 do Arquivo Histórico-Diplomático.

⁴⁵ Documento de 1972 na pasta referente ao “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225.1, volume1, no Arquivo Nacional – Torre do Tombo.

Em Lisboa, numa conferência de imprensa que dá a 16 de janeiro de 1974, e perante um grande número de jornalistas, Joana Semião expressa a sua confiança no projeto político que Marcello Caetano propunha para o ‘problema africano’: uma autonomia progressiva e participada: “Analisei as [suas] declarações feitas referente ao programa de ação política e pareceu-me que uma porta estava aberta para aqueles que querem lutar efetivamente pela maioria dos povos que se dizem representar”.⁴⁶

Manobrando com cautela, Joana Semião, apoiando-se nesta proposta legal, procurando criar espaço e ganhar autonomia política. Explicará várias vezes as razões que a levaram a abandonar a opção da luta armada como veículo legítimo para obter, em Moçambique, “os mais elementares direitos humanos”; porém, como sublinha, tal não significa ter desistido das exigências fundamentais da luta, que identifica com os objetivos do GUMO.

Consciente do reconhecimento da força política do projeto da FRELIMO, quer em Moçambique, quer em África e no resto do mundo, Joana Semião procura contrapor-se a este projeto, propondo em alternativa a via negocial, e denuncia implicitamente a frente como uma voz exterior, violenta, que desconhece os novos contextos, trazidos pelas mudanças que haviam ocorrido em Moçambique nos últimos anos. Lutando pelo direito à voz, a que a sua mensagem fosse ouvida nos círculos políticos portugueses e internacionais, identifica-se com ‘o povo’ que diz representar na luta pela transformação pacífica de Moçambique:

Eu pensei, como uma das [mulheres] mais evoluídas que existe em Moçambique, dados os meus contactos anteriores com mulheres da Europa e de outros países do mundo, que eu tinha de tomar uma posição ligada à minha posição de mulher e mãe [...], no sentido de encontrar meios pacíficos para resolver o conflito. [...]

Eu pretendo ser a voz dessas mulheres africanas silenciosas, cuja promoção é feita de forma paternalista.⁴⁷

Joana Semião mostra aqui ter incorporado a ‘nova’ cultura colonial cujos traços eram a língua portuguesa, o reconhecimento da condição de ‘evoluída’, e a adoção de características que lhe permitiam desem-

⁴⁶ Disponível no arquivo da RTP, em https://www.youtube.com/watch?v=_goaRp9IkPU, acessado a 13 de março de 2016.

⁴⁷ Entrevista de Joana Semião à BBC, realizada em dezembro de 1973, no AHD, pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102.

penhar o papel que se esperava das mulheres – serem boas mães e pensarem no amanhã dos seus filhos.⁴⁸ E várias mulheres ‘evoluídas’, como é exemplo Joana Semião, usaram estrategicamente os recursos associados a essa condição e disponibilizados pelo regime (direito; educação, etc.) para consolidar a sua posição, e, em paralelo, desafiar o sistema que as representava como subordinadas.

Dona de uma vontade política forte, independente e lúcida, Joana Semião representou uma terceira via no xadrez político que se desenhava em Moçambique em finais de 1973, inícios de 1974.⁴⁹ Definindo-se como democrata, aposta no GUMO porque

velará por uma entidade no uso e distribuição das riquezas de Moçambique e [representará] a VOZ AUTÊNTICA vinda do interior de Moçambique que imporá ao exterior a ‘solução nossa a problemas nossos’ como disse Marcello Caetano numa das suas conversas em família. [...]

Moçambicanizar Moçambique, viver a multirracialidade do dia a dia, participar na gestão económica constitui a linha de força do meu pensamento político.⁵⁰

Como já referido, a aposta ‘multirracial’ do grupo assentava, em larga medida, na substituição dos brancos (maioritariamente portugueses) por uma burguesia principalmente negra, sem desafiar a estrutura de poder económico criada pelo colonialismo (Meneses, 2016) nem a pertença de Moçambique a uma comunidade lusófona (Cabrita, 2006). Mas este projeto político, que Joana Semião vai defender até ao fim, esbarrou num conjunto de fatores que precipitam o final da guerra com o golpe de estado em Portugal, a 25 de Abril de 1974.

⁴⁸ Em 1973, Joana Semião, mãe de dois filhos, está divorciada do seu marido congolês, com quem casara em Argel em 1965 (Informe da PIDE-DGS, de 1971, na pasta do “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225.1, vol. 1). Posteriormente casar-se-á de novo em Moçambique, em 1974 (*Canal de Moçambique*, edição de 2 de agosto de 2006).

⁴⁹ Veja-se a entrevista de Pedro Feytor Pinto, diretor de informação do governo de Marcello Caetano, no jornal *Público*, na edição de 25 de abril de 2015.

⁵⁰ AHD, pasta MU/GM/GNP/RNP/0025/8102.

O contexto pós 25 de abril – os partidos e movimentos e a posição da FRELIMO

Em Portugal, e após o golpe de 25 de abril, a posição do chefe da Junta de Salvação Nacional,⁵¹ António de Spínola, em relação à questão colonial não era muito diferente da posição defendida pelo governo anterior. No seu livro – *Portugal e o futuro*, um roteiro de uma solução política para o problema da guerra, Spínola acenava com uma promessa de autonomia aos movimentos nacionalistas africanos. Mas a solução da ‘questão ultramarina’ avançada pelo general assentava num projeto federalista, condição para a sobrevivência de Portugal (1974: 234). À frente do governo, Spínola vai defender o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação, através de uma autonomia progressiva, promovendo uma crescente presença de africanos no poder. Para tal vai defender o recurso à consulta popular, oportunidade que Joana Semião vai procurar usar a seu favor.

Em abril de 1974 Joana Semião está em Lisboa para apresentar os estatutos do grupo.⁵² Os jornais e as matérias de arquivo mostram a sua tenacidade em continuar a dar forma ao seu projeto político. Os novos tempos não a demovem nem atemorizam. Numa entrevista em junho de 1974⁵³ apresenta os objetivos do GUMO como estando em consonância com os da junta governativa portuguesa, ou seja, que qualquer solução política deveria resultar de um referendo, “*na base de um homem um voto*”, como defendeu então. E não põe em causa a participação da FRELIMO na consulta, que encoraja – apenas não deseja que a transição para a independência seja negociada, por Portugal, apenas com este movimento, pois considera-se um elemento fundamental à transição política, pelo peso ‘tribal’ (macua) que representa.

Questionada ainda em outubro de 1973 sobre a relação do GUMO com a FRELIMO, Joana Semião mostrara ambivalência. Por um lado, militava contra o uso da violência militar como estratégia de luta; por

⁵¹ A Junta integrava um conjunto de militares designados para sustentar o governo de Portugal, após o golpe de estado que derrubou o Estado Novo. Esta Junta esteve em funcionamento entre 1974 e 1975.

⁵² Informe da Pide, de 16 de abril de 1974, pasta do “Grupo Unido de Moçambique”, ANTT/PIDE-D-C-001-1225.1, vol. 1.

⁵³ “Mozambique: ‘une période de transition est nécessaire avant l’indépendance’, nous déclare une responsable nationaliste”, *France-Soir*, edição de 7 de junho de 1974.

outro lado temia a possibilidade de uma vitória da FRELIMO e que a consequente retirada portuguesa significasse o caos e a chegada de um regime de orientação comunista. Assim vai diplomaticamente afiançar que o grupo não poderia estar contra a FRELIMO, pois ambos almejavam o meso objetivo para os moçambicanos. Num encontro com o cônsul norte-americano Joana Semião apresentou várias possíveis opções políticas para o futuro de Moçambique, defendendo que a melhor, a que apoiaria, seria a associação da FRELIMO ao GUMO, participando ambos nas negociações com o regime português. Como na altura afirmou, estava muito consciente de que a continuação da atividade de guerrilha da FRELIMO representava o principal foco de pressão que podia induzir os portugueses a negociar com um novo grupo, ou seja, com o GUMO.⁵⁴ Mas a 30 de abril, quando o GUMO, frente a uma ampla plateia de jornalistas, apresentou o seu programa em Lourenço Marques, Joana Semião afirma que a organização rejeita qualquer compromisso com a FRELIMO, reflexo das forças que respaldam o projeto do GUMO.⁵⁵

A 3 de maio de 1974 o GUMO decide realizar um comício no bairro africano do Xipamanine, para ir de encontro aos que representa. Este comício, a que ocorreu uma multidão de vários milhares de pessoas, especialmente dos vários bairros negros da cidade, foi orientado por Joana Semião. Como sublinhado no telegrama enviado pelo consulado americano, “o seu discurso, expondo os objetivos de GUMO, recebeu alguns aplausos, mas não conseguiu despertar muito entusiasmo”.⁵⁶

A avaliação do impacto do comício apresentada na revista Tempo é mais radical:

Apupados pelo público, incapazes de dominar a excitação popular, desorientados, os dirigentes do GUMO pretendendo embora adesões para o seu partido, acabaram por provocar a primeira manifestação pró-FRELIMO desde que se deu o golpe de estado de 25 de abril. [...].⁵⁷

⁵⁴ National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano “Further Information on African Group for Peaceful Independence”, de 16 de outubro de 1973.

⁵⁵ “Gumo dá conferência de imprensa”, *Revista Tempo*, n.º 191, de 12 de maio de 1974.

⁵⁶ National Archives (EUA), telegrama “Situation in Mozambique”, de 3 de maio de 1974.

⁵⁷ “O povo disse não ao GUMO”, *Revista Tempo*, n.º 191, de 12 de maio de 1974.

Joana Semião, “*cheia de entusiasmo*”, faz uma avaliação positiva do comício e continua a sua atividade política, procurando abrir filiais do GUMO em vários pontos de Moçambique e ampliar a base de apoio do grupo.

A 10 de maio chega a Moçambique Costa Gomes, vice-presidente da junta governativa e Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. O objetivo principal da curta viagem era apalpar a reação da população ao projeto político federalista defendido por Spínola, que pressupunha a realização de referendos nos vários contextos ultramarinos (Couto, 2011: 303-304). Costa Gomes vai reunir-se com várias personalidades, incluindo lideranças religiosas e económicas, representantes de várias tendências entre os Democratas, e com membros da direção do GUMO. Tendo reconhecido que as duas forças políticas não detinham muito poder, Costa Gomes decide contactar com simpatizantes da FRELIMO (ex-presos políticos) em Lourenço Marques, pedindo-lhes que fossem porta-vozes do pedido de paz dos membros da junta, e que indicassem a forma em que a FRELIMO desejava negociar o cessar-fogo.⁵⁸

A resposta da FRELIMO à proposta de Costa Gomes é transmitida numa conferência de imprensa que Samora Machel realiza a 18 de maio. Este afirma o propósito da frente de “*não só continuar com a luta armada, como mesmo de a intensificar*” enquanto o governo de Portugal definir os pormenores do processo de transferência de poderes (Couto, 2011: 304). Em relação ao GUMO, a FRELIMO vai procurar denunciar e desgastar a imagem do GUMO nos meios de informação a que tem acesso.⁵⁹ O antagonismo e a rivalidade entre os dois grupos era óbvio.

Perdendo terreno, o GUMO via-se agora desafiado, dentro de Moçambique, por forças que se opunham ao seu projeto, que descrevem de neocolonial.⁶⁰ Em paralelo, o GUMO já não representava a única força política legal e alternativa à FRELIMO. Com o 25 de Abril, as dissidências e a tentativa de defesa dos interesses dos vários grupos levaram à formação de partidos, tendências e movimentos políticos, especialmente em Lourenço Marques, Beira e em Nampula. Procurando ganhar tempo e legitimidade, nos tempos agitados vividos em

⁵⁸ National Archives (EUA), telegrama “Visit to Mozambique of Junta Vice President General Costa Gomes”, de 15 de maio de 1974.

⁵⁹ “Que pensa a FRELIMO do GUMO?”, Revista *Tempo*, n.º 193, de 2 de junho de 1974.

⁶⁰ Entrevista com Adrião Rodrigues, em setembro de 2010.

Moçambique, Máximo Dias, a 15 de maio, publica uma carta onde declara que o GUMO é a FRELIMO implantada dentro de Moçambique, afirmando também que considerava a existência do GUMO uma vitória da FRELIMO. Este volte face, a tentativa de colagem do GUMO à FRELIMO vai ser denunciado em vários órgãos de informação em Moçambique como uma “*manobra do imperialismo*”. Sentindo-se sem chão para negociar, Máximo Dias “*anuncia o fim das atividades do GUMO e a destituição de Joana Semião do cargo que ocupava*” (Cabrita, 2006). A 30 de junho, na Beira, o GUMO declara a sua dissolução em assembleia-geral.

Num telegrama enviado a 3 de junho pelo consulado norte-americano, refere-se que depois de “*dez anos de luta armada com muito pouco ganhos concretos (exceto no domínio guerra psicológica), a FRELIMO está prestes a iniciar negociações com os portugueses e parece estar a ponto de alcançar praticamente tudo o que deseja*”. E a mensagem termina afirmando a independência, com um governo negro que, provavelmente, chegaria dentro de um ou dois anos.⁶¹

O projeto de referendo parecia cada vez mais longínquo, mas Joana Semião não desiste. Vai formar um novo grupo, a FRECOMO – Frente Comum de Moçambique, solicitando apoio a vários países limítrofes. Mas a sua confiança estava abalada, pelos conflitos, rivalidades. A mulher que alguns meses antes era apresentada como tendo “*o estatuto político mais sólido, a política mais proeminente de Moçambique*” acusava o desgaste da luta política,⁶² fruto da tentativa de construir um projeto político credível e com legitimidade, que permitisse o reconhecimento em igualdade com a FRELIMO.

Joana Semião precisa de aglutinar forças políticas legítimas que permitam uma oposição credível à FRELIMO. E está consciente que este novo projeto político terá de ser dirigido por um líder africano, com carisma, capaz de angariar apoios internos.⁶³

A sua atenção vira-se para Uria Simango, ex-vice-presidente da FRELIMO e então membro da direção do COREMO, que conhecera em Lusaka. Simango regressa a Moçambique a 6 de julho de 1974. Na mensagem de boas vindas que lhe endereça ainda no aeroporto, Joana

⁶¹ National Archives (EUA), “Speculative comment on what is to come in Mozambique”.

⁶² National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano “Latest talks with Dr. Joana Simião”, de 8 de maio de 1974.

⁶³ *Ibidem*.

Semião defende: “*é tempo para a paz e dentro desse clima de paz, e através de um processo democrático, de eleições, a independência de Moçambique*” (Nkomo, 2003: 287). E apela ao regresso também dos “irmãos da FRELIMO”, para *construírem em conjunto um país independente, justo e fraterno. [...] A reconciliação entre irmãos impõe-se*” (idem). Este apelo vai ser secundado por Uria Simango e outros políticos que haviam estado em conflito anteriormente com a FRELIMO. E Joana Semião acrescentou: “*se o povo é soberano, então vamos perguntar ao povo que governo quer. [...] Que se converse cá dentro e não em Lusaka [...] Que, como viram Uria, vejam o Samora*” (Nkomo, 2003: 290)

A unificação de forças vai acontecer na Beira, finalmente, a 23 de agosto de 1974,⁶⁴ através da constituição do Partido de Coligação Nacional (PCN), presidido por Uria Simango e integrando vários vultos políticos na sua direção, incluindo Joana Semião. De entre as ideias do PCN, estava:

garantir a independência nacional através de um processo democrático em que as populações se pronunciem livremente num clima de paz e sem intimidação; que não seja comprometido o futuro de Moçambique em acordo negociado e firmado entre o governo de Lisboa e qualquer organização ou grupo político com a exclusão de outros porque a nenhuma organização se pode atribuir a legitimidade da representação exclusiva do povo moçambicano sem passar a prova do processo democrático; a paz, condição necessária para a construção nacional, sem desonestidade e sem incitamento ao ódio (Nkomo, 2003: 291).

Porém o PCN estava longe de representar uma terceira via, pela variedade de interesses que integrava e pelas rivalidades políticas que herdara.⁶⁵ Constituído na véspera da assinatura dos acordos de transferência de poderes entre Portugal e a FRELIMO, o PCN não conseguiu constituir-se como um projeto político com legitimidade para integrar as negociações para a independência. Por outro lado, como a própria comunidade branca já sentia

o novo governo provisório de Portugal está envolvido numa ‘operação de fuga’, tentando sair dos seus territórios africanos o mais rapidamente possível, independentemente das consequências desta opção

⁶⁴ Entrevista com Joana Semião, *ABC Sevilla*, edição de 24 de agosto de 1974.

⁶⁵ National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano “Anti-FRELIMO forces form new party”, de 23 de agosto de 1974

nos próprios territórios em relação à segurança das minorias, bem-estar das pessoas que anteriormente lutaram contra a FRELIMO, conflitos inter-tribais, declínio económico, etc.⁶⁶

Procurando reverter os acordos, vários grupos políticos, representantes maioritariamente dos interesses dos brancos em Moçambique vão despoletando uma tentativa de contragolpe entre 7 e 10 de setembro de 1974 (Machava, 2015). Porém os líderes políticos da insurreição não tinham controlo dos vários grupos e a sua organização era precária (Cardoso, 2014: 236). O PCN, e vários dos seus membros vão procurar dialogar com os líderes desta intentona, procurando alianças para mudar o curso da descolonização (Mesquitela, 2014: 111). Mas o PCN e com ele os anseios políticos dos seus integrantes – a transição para o processo democrático – tinham sido ultrapassados pelos ventos da história, que sopravam noutra direção. A tentativa de golpe foi ultrapassada e a esta seguiu-se uma onda de prisões. Muitos dos que integravam os projetos políticos alternativos foram detidos, apresentados como traidores pela FRELIMO e forçados a “*reeducação-se pelo trabalho*”, com o povo (Meneses, 2015: 26).⁶⁷

No último trimestre de 1976 um grupo de jornalistas visitou o ‘centro de reeducação’ de M’telela, no norte de Moçambique, onde se encontrava Joana Semião (Nkomo, 2003: 33). Durante a entrevista, Joana Semião, interrogada sobre as razões da sua presença no campo respondeu reafirmando a sua posição:

Mas do ponto de vista de prisioneiros políticos... estamos isolados. Não houve nenhum debate político... quer dizer, eu pensei que... quando a FRELIMO... quando fala de reeducação política, era para permitir-se um debate político. Como direi... uma correção das ideias erradas. A nós... [...] dizem que nós temos ideias reacionárias... sim, eu sou uma burguesa, não é? Uma burguesa. Não pertenço à burguesia nacional porque não existe a burguesia nacional, mas burguesa do ponto de vista mental... chamam-me burguesa sob o ponto de vista das opções políticas e económicas!⁶⁸

⁶⁶ National Archives (EUA), telegrama do consulado norte-americano “Declining Morale among White Portuguese in Lourenco Marques”, de 31 de maio de 1974.

⁶⁷ AHM, “Conversa com traidores da FRELIMO, no centro de reeducação de Nashingwea”, em 1975, Fundo SM0020.

⁶⁸ AHM, “Niassa, entrevista com Joana Semião”, Fundo JS001, s/d.

Algum tempo depois desta entrevista Joana Semião foi morta, juntamente com vários outros políticos que haviam sido acusados de traição (Africa Watch, 1992: 158). Defensora da pequena burguesia, nacionalista, negra, como fator de promoção de Moçambique, e de um sistema político pluralista, Joana Semião acabou por morrer fiel aos seus ideais políticos. Paradoxalmente, é este modelo de multipartidarismo e de economia de mercado que hoje representam a essência do projeto político moçambicano.

Conclusão: o dever de dissentir

As histórias da participação política de mulheres nas lutas nacionalistas, como neste caso de Joana Semião, são, também, narrativas de negociação e contestação de processos políticos e de identificações contestadas. Estas narrativas revelam uma variedade de tensões e antagonismos que permearam (e ainda permeiam) a sociedade moçambicana. Descartar estas memórias é uma forma de manter silenciamentos; é, sobretudo, insistir numa visão abissal (Santos, 2007) monocórdica e sexista sobre os factos e acontecimentos, sobre experiências de resistências, sobre múltiplas racionalidades políticas que compõem o mapa das memórias do que é Moçambique.

No centro da análise aqui apresentada estão vários testemunhos e memórias resgatadas dos arquivos (Connerton, 1989). Estas vozes sinalizam os desafios que enfrentaram ao mesmo tempo em que recriam trajetórias de luta, usando a sua voz para documentar os conflitos em que participaram, testemunhar opressões e compartilhar experiências de resistência.

Do ponto de vista historiográfico, é impossível captar a diversidade de perspectivas analíticas sobre um único evento; pelo contrário, é importante estar-se consciente que durante o processamento de um evento histórico sempre há algo que escapa ao registro (Trouillot 1995: 49). Portanto, qualquer evento é preenchido com ausências constitutivas, uma parte integrante do processo de construção do próprio evento histórico (Santos, 2007). A construção de um projeto histórico é uma forma de exercer poder – social, política e cultural –, projeto que espelha uma distribuição desigual do poder dos que podem participar na narrativa; assim, quem não tem poder ou tem menos poder vê as suas expectativas de participação na narrativa nacional, goradas por quem tem mais poder. O resultado, preocupante nestes jogos de poder, é a redução de enormes partes da história ao silêncio, à invisibilidade.

Como a história recente de Moçambique revela, a luta armada de libertação nacional não é a única narrativa fundadora da unicidade moçambicana. Houve outros processos políticos que fizeram avançar a luta e definir as condições para o seu sucesso. O recuperar da história da luta nacionalista só pode acontecer quando, a história oficial se confrontar com as memórias e experiências de lutas de todas e todos que confrontaram, de várias formas, o projeto colonial-capitalista e patriarcal.

Nas últimas décadas do século XX a emergência dos estudos de género e os debates feministas plurais revolucionaram o campo das ciências sociais, ao expor vieses androcêntricos e, no campo da história, a marginalização e silenciamento da contribuição das mulheres nos processos políticos contemporâneos. Como este trabalho sugere, não se trata apenas de adicionar ou inserir as mulheres na história, mas de questionar e desafiar a própria ideia da história 'oficial' e problematizar a dicotomia entre o pessoal e o político, entre o 'oficial' e as histórias que se procuram silenciar.

A história não desaparece simplesmente porque nos queremos livrar dela. O veículo da lembrança é algo que é preciso trabalhar, a partir de várias opções. Os arquivos 'transnacionais'⁶⁹ revelam organizações políticas, sociais e culturais cujo estudo ajuda a abrir a história, sugerindo possíveis caminhos a seguir. E as memórias coletivas, mantidas pelos grupos que não podem esquecer, revelam muito: os silêncios, as hesitações, as dúvidas; mostram como as narrativas se constroem em diálogo, mas, porque são ativas, revelam também antagonismos, resistências e disputas (Ally, 2001). A presença de historiadores, antropólogos, escritores, entre outros intelectuais, é importante, para que se identifiquem ausências, se questionem os apagamentos, as mentiras e meias verdades que a história oficial tem contado em nome da construção da nação. Esta é apenas uma forma de ampliar o processo de lembrança. Mas a discussão de quem somos é fundamental para a paz, para impedir que o nosso país se continue a dilacerar em confrontos e se restabeleça o princípio da esperança e do reconhecimento da humanidade e da dignidade de todos e todas. Em suma, para favorecer a justiça cognitiva e o consolidar da paz, condições fundamentais para um exercício pleno de cidadania ativa, com dever de dissentir.

⁶⁹ Parte importante deste trabalho assentou na consulta on-line de arquivos portugueses e norte-americanos. No caso português, representam a memória de um 'outro país', quando Portugal era uno, do Minho a Timor.

Referências

- AFRICA WATCH, *Conspicuous Destruction: War, Famine and the Reform Process in Mozambique*. New York: Human Rights Watch, 1992.
- ALLY, Shireen, “Peaceful Memories: Remembering and Forgetting Political Violence in Kangwane, South Africa”. *Africa*, vol. 81, n. 3, 2001. pp. 351–372.
- BRAGANÇA, Aquino de; DEPELCHIN, Jacques, “Da idealização da Frelimo à compreensão da história de Moçambique”. *Estudos Moçambicanos*, vol. 5/6, 1986. pp. 29-52.
- CABRITA, João, *Mozambique: The Tortuous Road to Democracy*. Basingstoke: Palgrave, 2000.
- CABRITA, João, “O Pensamento Político de Joana Simeão: contribuições para a história de Moçambique”. *Canal de Moçambique*, edição de 29 de maio de 2006.
- CARDOSO, Ribeiro, *O Fim do Império. Memória de um Soldado Português*. Lisboa: Caminho, 2014.
- COELHO, João Paulo Borges, *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): a history of state settlement policies, development and war*. PhD thesis, Bradford University, 1993.
- COELHO, João Paulo Borges, “Politics and Contemporary History of Mozambique: a set of epistemological notes”. *Kronos*, vol. 39, 2014. pp. 20-31.
- COELHO, João Paulo Borges, “Abrir a Fábula: Questões da política do passado em Moçambique”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 106, 2015. pp. 153-166.
- CONNERTON, Paul, *How Societies Remember*. Cambridge University Press, 1989.
- COUTO, Fernando, *Moçambique 1974: o fim do império e o nascimento da nação*. Maputo: Ndjira, 2011.
- CRAVEIRINHA, José, *O Folclore Moçambicano e as suas Tendências*. Maputo: Alcance, 2009.
- CRUZEIRO, Maria Manuela, *Costa Gomes: O Último Marechal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.
- DHADA, Mustafah, *O Massacre Português de Wiriamu – Moçambique, 1972*. Lisboa: Tinta da China, 2016.
- FANON, Franz, *Black Skin, White Masks*. New York: Grove Press, 1967.
- HALBWACHS, Maurice, *The Collective Memory*. New York: Harper & Row, 1989.

- HALBWACHS, Maurice, "From the Collective Memory", in Olick, Jeffrey K.; Vinitzky-Serouss, Vered; Levy, Daniel (org.), *The Collective Memory Reader*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 139-149.
- JARDIM, Jorge, *Moçambique, Terra Queimada*. Lisboa: Intervenção, 1976.
- KHOSA, Ungulni ba ka, *Cartas de Inhaminga*. Maputo: Marimbique, 2017.
- MACHAVA, Benedito "Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 106, 2015. pp. 53-84.
- MENESES, Maria Paula, "Images Outside the Mirror? Mozambique and Portugal in world history". *Human Architecture*, vol. 10, n. 1, 2012. pp. 121-136.
- MENESES, Maria Paula, "Xiconhoca, o Inimigo: Narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 106, 2015. pp. 9-52.
- MENESES, Maria Paula, *From Bandung to National Liberations: alliances that shaped Sub-Saharan Africa*. Trabalho apresentado ao Colóquio Internacional "L'Europe de l'Est, l'Afrique Subsaharienne et la diplomatie culturelle pendant la Guerre Froide", realizado em Bucareste, em junho de 2016.
- MENESES, Maria Paula, *The Silenced: Women and Their Levels of Experience against Mass Violence in Mozambique during the Late Colonial Period*. Trabalho apresentado à "American Historical Association Conference", realizada em Denver em janeiro de 2017.
- MENESES, Maria Paula; Martins, Bruno Sena (eds.), *As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais: Alianças secretas, mapas imaginados*. Coimbra: Almedina, 2013.
- MESQUITELA, Clotilde, *Moçambique, 7 de Setembro. Memórias de uma revolução*. Lisboa: Branco Editores, 2014.
- NKOMO, Barnabé Lucas, *Uria Simango, um homem, uma causa*. Maputo: Novaáfrica, 2003.
- PEIXOTO, Carolina; MENESES, Maria Paula, "Domingos Arouca: um percurso de militância nacionalista em Moçambique". *Topoi*, vol. 14, n. 26, 2013. pp. 86-104.
- PEREIRA, Carlos Lopes; GONZALEZ, Luis, *História da Associação Académica de Moçambique (1964-1975)*. Lisboa: Calendário de Letras, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, "Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes". *Novos estudos - CEBRAP*, vol. 79, 2007. pp. 71-94

SANTOS, João Afonso et al., *O Julgamento dos Padres do Macúti*. Porto: Afrontamento, 1973.

SANTOS, Manuel Pimentel dos, *Moçambique: Guerra Inútil, Paz Possível*. Lourenço Marques: Minerva Central, 1973.

SILVA, Teresa Cruz e (org.), *Zedequias Manganhela: uma biografia contextualizada (1912-1972)*. Maputo: Marimbique, 2014

SPINOLA, António de, *Portugal e o Futuro*. Lisboa: Arcádia, 1974.

TROUILLOT, Michel-Rolph, *Silencing the Past: Power and the Production of History*, Boston: Beacon Press, 1995.